

Agroterenas Terras Ltda.

**Demonstrações financeiras em 31 de março de
2024**

Conteúdo

Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras	3
Balancos patrimoniais	6
Demonstrações de resultados	7
Demonstração de resultados abrangentes	8
Demonstrações das mutações do patrimônio líquido	9
Demonstrações dos fluxos de caixa	10
Notas explicativas às demonstrações financeiras	11

KPMG Auditores Independentes Ltda.
Avenida Presidente Vargas, 2.121
Salas 1401 a 1405, 1409 e 1410 - Jardim América
Edifício Times Square Business
14020-260 - Ribeirão Preto/SP - Brasil
Caixa Postal 457 - CEP 14001-970 - Ribeirão Preto/SP - Brasil
Telefone +55 (16) 3323-6650
kpmg.com.br

Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras

Aos Administradores e Quotistas da

Agroterenas Terras Ltda.

Paraguaçu Paulista - SP

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras da Agroterenas Terras Ltda. (Empresa), que compreende o balanço patrimonial em 31 de março de 2024 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo as políticas contábeis materiais e outras informações elucidativas.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Agroterenas Terras Ltda. em 31 de março de 2024, o desempenho de suas operações e os seus respectivos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras". Somos independentes em relação à Empresa, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Ênfase

Transação com partes relacionadas

Chamamos a atenção para o fato de que parte substancial das operações da entidade é realizada com parte relacionada, conforme descrito na nota explicativa nº 1 e 24 às demonstrações financeiras. Portanto, as demonstrações financeiras acima referidas devem ser lidas neste contexto. Nossa opinião não está ressalvada em relação a esse assunto.

Concentração de receita

Chamamos a atenção para a nota explicativa nº 1 às demonstrações financeiras, que descreve que a Empresa possui 78% de sua receita bruta concentrada em um único cliente. Dessa forma, as demonstrações financeiras devem ser analisadas nesse contexto. Nossa opinião não contém ressalva relacionada a esse assunto.

Responsabilidades da administração pelas demonstrações financeiras

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Empresa continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Empresa ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Empresa.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Empresa. Se

concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Empresa a não mais se manter em continuidade operacional.

- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com a administração a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Ribeirão Preto, 28 de junho de 2024

KPMG Auditores Independentes Ltda.
CRC 2SP-027666/O-5 F SP



Daniel Marino de Toledo
Contador CRC 1SP249851/O-8

Agroterenas Terras Ltda.**Balancos patrimoniais em 31 de março 2024 e 2023***(Em milhares de Reais)*

Ativo	Nota	2024	2023	Passivo	Nota	2024	2023
Circulante				Circulante			
Caixa e equivalentes de caixa	9	20.311	42.956	Fornecedores	13	14.357	67
Contas a receber	10	-	3.979	Empréstimos e financiamentos	14	11.853	-
Imposto de renda e contribuição social a compensar		263	-	Salários e encargos sociais		22	13
Impostos a recuperar		19	21	Impostos e taxas a recolher		136	402
Total do ativo circulante		20.593	46.956	Dividendos propostos e a pagar	24	12.410	13.147
Não circulante				Total do passivo circulante		38.778	13.629
Contas a receber	10	404	344	Não circulante			
Total do realizável a longo prazo		404	344	Fornecedores	13	14.250	-
Propriedades para investimentos	11	298.614	92.780	Empréstimos e financiamentos	14	94.687	-
Imobilizado	12	78	83	Provisão para contingências	15	822	-
Total do ativo não circulante		299.096	93.207	Total do passivo não circulante		109.759	-
				Total do passivo		148.537	13.629
				Patrimônio líquido	16		
				Capital social		64.117	64.117
				Reservas de lucros		107.035	62.417
				Total do patrimônio líquido		171.152	126.534
Total do ativo		319.689	140.163	Total do passivo e do patrimônio líquido		319.689	140.163

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Agroterenas Terras Ltda.

Demonstrações de resultados

Exercícios findos em 31 de março de 2024 e 2023

(Em milhares de Reais)

	<u>Nota</u>	<u>2024</u>	<u>2023</u>
Receita operacional líquida	20	<u>48.101</u>	<u>44.215</u>
Lucro bruto		<u>48.101</u>	<u>44.215</u>
Despesas administrativas	21	(4.037)	(3.042)
Outras receitas (despesas) operacionais, líquidas		<u>5</u>	<u>9</u>
Lucro operacional antes do resultado financeiro		<u>44.069</u>	<u>41.182</u>
Receitas financeiras	22	5.959	4.938
Despesas financeiras	22	<u>(1.925)</u>	<u>(13)</u>
Financeiras líquidas		<u>4.034</u>	<u>4.925</u>
Lucro antes do imposto de renda e da contribuição social		<u>48.103</u>	<u>46.107</u>
Imposto de renda e contribuição social corrente	19	<u>(3.485)</u>	<u>(3.092)</u>
Lucro líquido do exercício		<u><u>44.618</u></u>	<u><u>43.015</u></u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Agroterenas Terras Ltda.

Demonstrações de resultados abrangentes

Exercícios findos em 31 de março de 2024 e 2023

(Em milhares de Reais)

	<u>2024</u>	<u>2023</u>
Lucro líquido do exercício	44.618	43.015
Outros resultados abrangentes	-	-
Total do resultado abrangente do exercício	<u>44.618</u>	<u>43.015</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Agroterenas Terras Ltda.

Demonstrações das mutações do patrimônio líquido

Exercícios findos em 31 de março de 2024 e 2023

(Em milhares de Reais)

	Nota	Reservas de lucros			Lucros acumulados	Total
		Capital social	Legal	Reserva de Lucros		
Em 31 de março de 2022		<u>64.117</u>	<u>6.211</u>	<u>28.377</u>	-	<u>98.705</u>
Lucro líquido do exercício		-	-	-	43.015	43.015
Dividendos distribuídos		-	-	(15.186)	-	(15.186)
Destinação do resultado:						
Constituição de reserva	16	-	-	43.015	(43.015)	-
Em 31 de março de 2023		<u>64.117</u>	<u>6.211</u>	<u>56.206</u>	-	<u>126.534</u>
Lucro líquido do exercício		-	-	-	44.618	44.618
Destinação do resultado:						
Constituição de reserva	16	-	-	44.618	(44.618)	-
Em 31 de março de 2024		<u>64.117</u>	<u>6.211</u>	<u>100.824</u>	-	<u>171.152</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Agroterenas Terras Ltda.

Demonstrações dos fluxos de caixa

Exercícios findos em 31 de março de 2024 e 2023

(Em milhares de Reais)

	<u>Nota</u>	<u>2024</u>	<u>2023</u>
Fluxo de caixa de atividades operacionais			
Lucro líquido do exercício		44.618	43.015
Ajustes:			
Depreciação e amortização	12	5	6
Juros sobre empréstimos e financiamentos	14	1.924	-
Provisão para contingências	15	822	-
Imposto de renda e contribuição social	19	3.485	3.092
Variação nos ativos e passivos:			
Contas a receber		-	1.448
Impostos a recuperar		(1.455)	-
Contas a receber - partes relacionadas		3.919	(1.842)
Fornecedores		40	(4.233)
Salários e encargos sociais		9	13
Impostos e taxas		2	(690)
Imposto de renda e contribuição social pagos		<u>(2.559)</u>	<u>(2.456)</u>
Caixa líquido gerado pelas atividades operacionais		<u>50.810</u>	<u>38.353</u>
Fluxo de caixa das atividades de investimentos			
Aquisição de propriedades para investimentos	25	<u>(72.718)</u>	<u>(6.436)</u>
Caixa líquido aplicado nas atividades de investimentos		<u>(72.718)</u>	<u>(6.436)</u>
Fluxo de caixa das atividades de financiamentos			
Pagamento de dividendos		(737)	(16.056)
Captações	14	<u>-</u>	<u>-</u>
Caixa proveniente das (aplicado nas) atividades de financiamentos		<u>(737)</u>	<u>(16.056)</u>
(Redução) aumento de caixa e equivalentes de caixa, líquido		<u>(22.645)</u>	<u>15.861</u>
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício		42.956	27.095
Caixa e equivalentes de caixa no fim do exercício		<u>20.311</u>	<u>42.956</u>
(Redução) aumento de caixa e equivalentes de caixa, líquido		<u>(22.645)</u>	<u>15.861</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

(Em milhares de Reais)

1 Contexto operacional

A Agroterenas Terras Ltda ("Empresa") está sediada em Maracáí, Estado de São Paulo, com filial no município de Santa Cruz do Rio Pardo, Estado de São Paulo, tendo como principal atividade a exploração de terras nuas em regime de parcerias para produção de culturas permanentes e temporárias.

A Empresa é fornecedora de cana-de-açúcar para a Raízen Ltda. e laranja para a Agroterenas Industrial Citrus Ltda, nas proporções de 78% e 16% da receita bruta, respectivamente, mantendo elevado grau de dependência destas partes.

A Empresa é parte integrante do Grupo Agroterenas ("Grupo Agroterenas" ou "Grupo") que é composto pelas seguintes empresas:

- Agroterenas S.A. Administração e Participações ("Agroterenas Participações")
- Agroterenas S.A. Cana ("Cana")
- Agroterenas Citrus Ltda ("Citrus")
- Agroterenas Industrial Citrus Ltda ("Industrial Citrus")
- Agroterenas International E.C. ("International")

2 Base de preparação

Declaração de conformidade (com relação às normas do CPC)

As demonstrações financeiras da Empresa foram preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil (BR GAAP).

A emissão das demonstrações financeiras foi autorizada pela Administração em 28 de junho de 2024. Após a sua emissão, somente os sócios têm o poder de alterar as demonstrações financeiras.

Detalhes sobre as políticas contábeis da Empresa, estão apresentadas na nota explicativa 7.

Todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e somente elas, estão sendo evidenciadas, e correspondem àquelas utilizadas pela Administração na sua gestão.

Em 31 de março de 2024 o passivo circulante excedeu o ativo circulante em R\$ 18.185 em decorrência da concentração de seus negócios em aquisições de propriedades rurais no estado do Mato Grosso e São Paulo.

A Empresa adotou ações para melhorar seu desempenho financeiro e econômico no curto e no longo prazo. Sob a perspectiva econômica, destacam-se:

- Não realizar distribuição de dividendos, dando como prioridade a liquidação da dívida; e

- Mútuo com partes relacionadas e a Empresa.

Considerando os efeitos das ações acima descritas na posição financeira da Empresa, a Administração avaliou sua capacidade de continuar em operação no futuro previsível, considerando-se baixa a probabilidade de não ocorrência ou risco de um eventual insucesso nos planos de otimização da estrutura de capital e liquidez, dessa forma, não havendo dúvida substancial sobre a continuidade operacional da Empresa.

3 Mudanças nas principais políticas contábeis

Informação de políticas contábeis materiais

A Empresa adotou a Divulgação de Políticas Contábeis (alterações ao CPC 26) a partir de 1º de abril de 2023. Embora as alterações não tenham resultado em nenhuma mudança nas políticas contábeis em si, elas afetaram as informações das políticas contábeis divulgadas nas demonstrações financeiras. As alterações exigem a divulgação de políticas contábeis "materiais", em vez de "significativas". As alterações também fornecem orientação sobre a aplicação da materialidade à divulgação de políticas contábeis, ajudando as entidades a fornecerem informações úteis sobre políticas contábeis específicas da entidade que os usuários precisam para entender outras informações nas demonstrações financeiras. A administração revisou as políticas contábeis e atualizou as informações divulgadas na Nota 7 Políticas contábeis materiais (2023: Principais políticas contábeis) em determinados casos, de acordo com as alterações.

4 Uso de estimativa e julgamentos

Na preparação destas demonstrações financeiras, a Administração utilizou julgamentos e estimativas que afetam a aplicação das políticas contábeis da Empresa e os valores reportados dos ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas.

As estimativas e premissas são revistas de uma maneira contínua. As revisões das estimativas são reconhecidas prospectivamente.

a) Julgamentos

As informações sobre julgamentos realizados na aplicação das políticas contábeis que têm efeitos significativos sobre os valores reconhecidos nas demonstrações financeiras estão incluídas nas notas explicativas.

b) Incertezas sobre premissas e estimativas

As informações sobre as incertezas relacionadas a premissas e estimativas na data da emissão do relatório que possuem um risco significativo de resultar em um ajuste material nos saldos contábeis de ativos e passivos no próximo ano fiscal estão incluídas nas seguintes notas explicativas:

- **Nota explicativa nº 11:** Propriedades para investimentos

O valor justo das propriedades para investimento da Empresa, é obtido a partir de comparabilidade de múltiplos de mercado gerados em transações de ativos de mesma categoria, por meio de abordagem de mercado.

- **Nota explicativa 15:** Provisões para contingências

A Empresa é parte de alguns processos judiciais e administrativos. Provisões são constituídas para todas as contingências referentes a processos judiciais que representam perdas prováveis e estimadas com certo grau de segurança. A avaliação da probabilidade de perda inclui a avaliação das evidências disponíveis, a hierarquia das Leis, as jurisprudências disponíveis, as decisões mais recentes nos tribunais e sua relevância no ordenamento jurídico e a avaliação dos advogados externos e internos.

a. Mensuração do valor justo

As políticas e divulgações contábeis da Empresa que requer a mensuração de valor justo para ativos e passivos financeiros e não financeiros.

Ao mensurar o valor justo de um ativo ou um passivo, a Empresa usa dados observáveis de mercado, tanto quanto possível. Os valores justos são classificados em diferentes níveis em uma hierarquia baseada nas informações (inputs) utilizadas nas técnicas de avaliação da seguinte forma.

- Nível 1: preços cotados (não ajustados) em mercados ativos para ativos e passivos idênticos.
- Nível 2: inputs, exceto os preços cotados incluídos no Nível 1, que são observáveis para o ativo ou passivo, diretamente (preços) ou indiretamente (derivado de preços).
- Nível 3: inputs, para o ativo ou passivo, que não são baseados em dados observáveis de mercado (inputs não observáveis).

A Empresa reconhece as transferências entre níveis da hierarquia do valor justo no final do período das demonstrações financeiras em que ocorreram as mudanças.

Se os dados usados para mensurar o valor justo de um ativo ou passivo caem em diferentes níveis da hierarquia do valor justo, então a mensuração do valor justo é categorizada em sua totalidade no mesmo nível da hierarquia do valor justo que o dado de nível mais baixo que é significativo para toda a medição.

Informações adicionais sobre as premissas utilizadas na mensuração dos valores justos estão incluídas na seguinte nota explicativa:

- **Nota explicativa nº 11** – Propriedades para investimentos; e
- **Nota explicativa nº 17** – Instrumentos financeiros.

5 Moeda funcional e moeda de apresentação

Estas demonstrações financeiras são apresentadas em Real, que é a moeda funcional da Empresa. Todos os saldos foram arredondados para o milhar mais próximo, exceto quando indicado de outra forma.

6 Base de mensuração

As demonstrações financeiras foram preparadas com base no custo histórico, com exceção dos seguintes itens materiais reconhecidos nos balanços patrimoniais:

- Os instrumentos financeiros não derivativos designados pelo valor justo por meio do resultado são mensurados pelo valor justo;

- Os ativos financeiros disponíveis para venda são mensurados pelo valor justo; e

7 Políticas contábeis materiais

As principais políticas contábeis aplicadas na preparação destas demonstrações financeiras estão definidas abaixo. Essas práticas foram aplicadas de modo consistente em todos os exercícios apresentados, salvo disposição em contrário.

a. Receita de contrato com cliente

A receita compreende o valor justo da contraprestação recebida ou a receber pela comercialização de produtos no curso normal das atividades da Empresa. A receita é apresentada líquida de impostos, devoluções, abatimentos e descontos. A Empresa reconhece a receita quando o valor pode ser mensurado com segurança e é provável que benefícios econômicos futuros fluirão para entidade e quando critérios específicos tiverem sido atendidos para cada uma das atividades. A Empresa baseia suas estimativas em resultados históricos, levando em consideração o tipo de cliente, o tipo de transação e as especificações de cada venda.

(i) Venda de produtos

As receitas de vendas são reconhecidas na demonstração do resultado quando o controle sobre os produtos é transferido, ou seja, no momento da entrega dos produtos para o cliente, e desde que não haja nenhuma obrigação não satisfeita que possa afetar a aceitação dos produtos. A entrega ocorre quando os produtos são enviados para o local especificado, os riscos de perda são transferidos para o cliente, o cliente aceita os produtos, de acordo com o contrato de venda, e as disposições de aceite tenham prescritos ou a Empresa tenha evidências objetivas de que todos os critérios de aceite das mercadorias foram atendidos. Uma receita não é reconhecida se há incerteza quanto à sua realização.

Um recebível é reconhecido quando os produtos são entregues, uma vez que é nessa ocasião que a contraprestação se torna incondicional, porque apenas a passagem do tempo é necessária antes de o pagamento ser efetuado.

Tipo de produto	Natureza e a época do cumprimento das obrigações de performance, incluindo condições de pagamento significativas	Política de reconhecimento da receita
Produto acabado – Cana-de-açúcar	As vendas de cana-de-açúcar são realizadas substancialmente através do fornecimento de cana para a Raizen, sendo remunerada com base no índice de Açúcar Total Recuperado (ATR) divulgado pelo Consecana - Conselho dos Produtores de Cana-de-Açúcar, Açúcar e Álcool do Estado de São Paulo, no final da Safra.	A receita é reconhecida quando os produtos são entregues pelo parceiro outorgado e aceito pelo cliente em suas instalações.
Produto acabado – Laranja	As vendas de laranja são realizadas substancialmente a parte relacionada, sendo remunerada com base no índice do CEPEA, divulgado pela Esalq/USP	A receita é reconhecida quando os produtos são entregues pelo parceiro outorgado e aceito pelo cliente em suas instalações.
Produto acabado – Bovinos	As vendas de bovinos são realizadas com destino ao abate para frigoríficos, tendo base	A receita é reconhecida quando os produtos são entregues e aceito pelo cliente, seja em suas

Tipo de produto	Natureza e a época do cumprimento das obrigações de performance, incluindo condições de pagamento significativas	Política de reconhecimento da receita
	de precificação o índice do CEPEA, divulgado pela Esalq/USP	instalações ou quando os clientes negociam a retirada nas instalações da Empresa.

b. Receitas financeiras e despesas financeiras

As receitas e despesas financeiras da Empresa compreendem:

- Juros sobre aplicações financeiras;
- Receita de juros;

A taxa de juros efetiva é a taxa que desconta exatamente os pagamentos ou recebimentos de caixa futuros estimados durante a vida esperada do instrumento financeiro para:

- O valor contábil bruto do ativo financeiro; ou
- O custo amortizado do passivo financeiro.

c. Imposto de renda e contribuição social

O imposto de renda e contribuição social corrente são calculados com base nas leis tributárias promulgadas, ou substancialmente promulgadas, na data do balanço. A administração avalia, periodicamente, as posições assumidas pela Empresa nas declarações de imposto de renda com relação às situações em que a regulamentação fiscal aplicável dá margem a interpretações. Estabelece provisões, quando apropriado, com base nos valores estimados de pagamentos às autoridades fiscais.

O imposto de renda e a contribuição social da empresa são apurados através do regime de “lucro presumido trimestral”. O imposto de renda foi calculado as alíquotas de 15% acrescida do adicional de 10% sobre o excedente a R\$ 60.000,00 a cada trimestre, tendo como base o correspondente a 8% sobre a receita de vendas. A contribuição social foi calculada a alíquota de 9% tendo como base o correspondente a 12% da receita de vendas.

d. Propriedades para investimentos

A propriedade para investimento é mensurada pelo custo.

Ganhos e perdas na alienação de uma propriedade para investimento (calculado pela diferença entre o valor líquido recebido na venda e o valor contábil do item) são reconhecidos no resultado.

Terras compreendem as propriedades rurais onde são cultivadas, por terceiros, as lavouras de cana-de-açúcar, pomares de laranja e formação de pastagens para confinamento de gado e não são depreciadas.

e. Imobilizado

(i) Reconhecimento e mensuração

Itens do imobilizado são mensurados pelo custo histórico de aquisição ou construção, que inclui os custos de empréstimos capitalizados, deduzido de depreciação acumulada e quaisquer perdas acumuladas por redução ao valor recuperável (*impairment*).

Quando partes significativas de um item do imobilizado têm diferentes vidas úteis, elas são registradas como itens separados (componentes principais) de imobilizado.

Quaisquer ganhos e perdas na alienação de um item do imobilizado são reconhecidos no resultado.

(ii) Custos subsequentes

Custos subsequentes são capitalizados apenas quando é provável que benefícios econômicos futuros associados com os gastos serão auferidos pela Empresa.

(iii) Depreciação

A depreciação é calculada para amortizar o custo de itens do ativo imobilizado, utilizando o método linear baseado na vida útil estimada dos itens. A depreciação é reconhecida no resultado.

As vidas úteis estimadas do ativo imobilizado são as seguintes:

Edifícios	4%
-----------	----

Os métodos de depreciação, as vidas úteis são revistos a cada data de balanço e ajustados caso seja apropriado.

f. Instrumentos financeiros

(i) Reconhecimento e mensuração inicial

O contas a receber de clientes e os títulos de dívida emitidos são reconhecidos inicialmente na data em que foram originados. Todos os outros ativos e passivos financeiros são reconhecidos inicialmente quando a Empresa se tornar parte das disposições contratuais do instrumento.

Um ativo financeiro (a menos que seja um contas a receber de clientes sem um componente de financiamento significativo) ou passivo financeiro é inicialmente mensurado ao valor justo, mais ou menos, para um item não mensurado ao VJR, os custos de transação que são diretamente atribuíveis à sua aquisição ou emissão. Um contas a receber de clientes sem um componente significativo de financiamento é mensurado inicialmente ao preço da operação.

(ii) Classificação e mensuração subsequente

Ativos Financeiros

No reconhecimento inicial, um ativo financeiro é classificado como mensurado: ao custo amortizado; ao VJORA - instrumento de dívida; ou ao VJR.

Os ativos financeiros não são reclassificados subsequentemente ao reconhecimento inicial, a não ser que a Empresa mude o modelo de negócios para a gestão de ativos financeiros, e neste caso

todos os ativos financeiros afetados são reclassificados no primeiro dia do período de apresentação posterior à mudança no modelo de negócios.

Um ativo financeiro é mensurado ao custo amortizado se atender ambas as condições a seguir e não for designado como mensurado ao VJR:

- É mantido dentro de um modelo de negócios cujo objetivo seja manter ativos financeiros para receber fluxos de caixa contratuais; e
- Seus termos contratuais geram, em datas específicas, fluxos de caixa que são relativos somente ao pagamento de principal e juros sobre o valor principal em aberto.

Todos os ativos financeiros não classificados como mensurados ao custo amortizado ou ao VJORA, conforme descrito acima, são classificados como ao VJR. Isso inclui todos os ativos financeiros derivativos. No reconhecimento inicial, a Empresa pode designar de forma irrevogável um ativo financeiro que de outra forma atenda aos requisitos para ser mensurado ao custo amortizado ou ao VJORA como ao VJR se isso eliminar ou reduzir significativamente um descasamento contábil que de outra forma surgiria.

Ativos financeiros - Avaliação do modelo de negócio

A Empresa realiza uma avaliação do objetivo do modelo de negócios em que um ativo financeiro é mantido em carteira porque isso reflete melhor a maneira pela qual o negócio é gerido e as informações são fornecidas à Administração. As informações consideradas incluem:

- As políticas e objetivos estipulados para a carteira e o funcionamento prático dessas políticas. Eles incluem a questão de saber se a estratégia da administração tem como foco a obtenção de receitas de juros contratuais, a manutenção de um determinado perfil de taxa de juros, a correspondência entre a duração dos ativos financeiros e a duração de passivos relacionados ou saídas esperadas de caixa, ou a realização de fluxos de caixa por meio da venda de ativos;
- Como o desempenho da carteira é avaliado e reportado à administração da Empresa;
- Os riscos que afetam o desempenho do modelo de negócios (e o ativo financeiro mantido naquele modelo de negócios) e a maneira como aqueles riscos são gerenciados; e
- A frequência, o volume e o momento das vendas de ativos financeiros nos períodos anteriores, os motivos de tais vendas e suas expectativas sobre vendas futuras.

As transferências de ativos financeiros para terceiros em transações que não se qualificam para o desreconhecimento não são consideradas vendas, de maneira consistente com o reconhecimento contínuo dos ativos da Empresa.

Os ativos financeiros mantidos para negociação ou gerenciados com desempenho avaliado com base no valor justo são mensurados ao valor justo por meio do resultado.

Ativos financeiros – avaliação sobre se os fluxos de caixa contratuais são somente pagamentos de principal e de juros

Para fins dessa avaliação, o ‘principal’ é definido como o valor justo do ativo financeiro no reconhecimento inicial. Os ‘juros’ são definidos como uma contraprestação pelo valor do dinheiro no tempo e pelo risco de crédito associado ao valor principal em aberto durante um determinado período e pelos outros riscos e custos básicos de empréstimos (por exemplo, risco de liquidez e custos administrativos), assim como uma margem de lucro.

A Empresa considera os termos contratuais do instrumento para avaliar se os fluxos de caixa contratuais são somente pagamentos do principal e de juros. Isso inclui a avaliação sobre se o ativo financeiro contém um termo contratual que poderia mudar o momento ou o valor dos fluxos de caixa contratuais de forma que ele não atenderia essa condição. Ao fazer essa avaliação, a Empresa considera:

- Eventos contingentes que modifiquem o valor ou o a época dos fluxos de caixa;
- Termos que possam ajustar a taxa contratual, incluindo taxas variáveis;
- O pré-pagamento e a prorrogação do prazo; e
- Os termos que limitam o acesso da Empresa a fluxos de caixa de ativos específicos (por exemplo, baseados na performance de um ativo).

O pagamento antecipado é consistente com o critério de pagamentos do principal e juros caso o valor do pré-pagamento represente, em sua maior parte, valores não pagos do principal e de juros sobre o valor do principal pendente - o que pode incluir uma compensação razoável pela rescisão antecipada do contrato. Além disso, com relação a um ativo financeiro adquirido por um valor menor ou maior do que o valor nominal do contrato, a permissão ou a exigência de pré-pagamento por um valor que represente o valor nominal do contrato mais os juros contratuais (que também pode incluir compensação razoável pela rescisão antecipada do contrato) acumulados (mas não pagos) são tratadas como consistentes com esse critério se o valor justo do pré-pagamento for insignificante no reconhecimento inicial.

Ativos financeiros - Mensuração subsequente e ganhos e perdas

Ativos

financeiros a VJR Esses ativos são mensurados subsequentemente ao valor justo.

Ativos

financeiros a custo amortizado Esses ativos são subsequentemente mensurados ao custo amortizado utilizando o método de juros efetivos. O custo amortizado é reduzido por perdas por *impairment*. A receita de juros, ganhos e perdas cambiais e o *impairment* são reconhecidos no resultado. Qualquer ganho ou perda no desreconhecimento é reconhecido no resultado.

Instrumentos de dívida a VJORA

Esses ativos são mensurados subsequentemente ao valor justo. A receita de juros calculada utilizando o método de juros efetivos, ganhos e perdas cambiais e *impairment* são reconhecidos no resultado. Outros resultados líquidos são reconhecidos em ORA. No desreconhecimento, o resultado acumulado em ORA é reclassificado para o resultado.

Instrumentos patrimoniais a VJORA Esses ativos são mensurados subsequentemente ao valor justo. Outros resultados líquidos são reconhecidos em ORA e nunca são reclassificados para o resultado.

Passivos financeiros - classificação, mensuração subsequente e ganhos e perdas

Os passivos financeiros foram classificados como mensurados ao custo amortizado ou ao VJR. Um passivo financeiro é classificado como mensurado ao valor justo por meio do resultado caso for classificado como mantido para negociação, for um derivativo ou for designado como tal no reconhecimento inicial. Passivos financeiros mensurados ao VJR são mensurados ao valor justo e o resultado líquido, incluindo juros, é reconhecido no resultado. Outros passivos financeiros são subsequentemente mensurados pelo custo amortizado utilizando o método de juros efetivos. A despesa de juros, ganhos e perdas cambiais são reconhecidos no resultado. Qualquer ganho ou perda no desreconhecimento também é reconhecido no resultado.

(iii) Desreconhecimento

Ativos financeiros

A Empresa desreconhece um ativo financeiro quando:

- Os direitos contratuais aos fluxos de caixa do ativo expiram; ou
- Transfere os direitos contratuais de recebimento aos fluxos de caixa contratuais sobre um ativo financeiro em uma transação em que:
- Substancialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro são transferidos; ou
- A Empresa nem transfere nem mantém substancialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro e não retém o controle sobre o ativo financeiro.

A Empresa realiza transações em que transfere ativos reconhecidos no balanço patrimonial, mas mantém todos ou substancialmente todos os riscos e benefícios dos ativos transferidos. Nesses casos, os ativos financeiros não são desreconhecidos.

Passivos financeiros

A Empresa desreconhece um passivo financeiro quando sua obrigação contratual é retirada, cancelada ou expira. A Empresa também desreconhece um passivo financeiro quando os termos são modificados e os fluxos de caixa do passivo modificado são substancialmente diferentes, caso em que um novo passivo financeiro baseado nos termos modificados é reconhecido a valor justo.

No desreconhecimento de um passivo financeiro, a diferença entre o valor contábil extinto e a contraprestação paga (incluindo ativos transferidos que não transitam pelo caixa ou passivos assumidos) é reconhecida no resultado.

Reforma da taxa de juros

Quando a base para determinar os fluxos de caixa contratuais de um ativo financeiro ou passivo financeiro mensurado ao custo amortizado muda como resultado da reforma da taxa de juros, a Empresa atualiza a taxa de juros efetiva do ativo financeiro ou passivo financeiro para refletir a mudança que é exigida pela reforma. Uma mudança na base para determinar os fluxos de caixa

contratuais é exigida pela reforma da taxa de juros de referência se as seguintes condições forem atendidas:

- A mudança é necessária como consequência direta da reforma; e
- A nova base para determinar os fluxos de caixa contratuais é economicamente equivalente a base anterior - ou seja, a base imediatamente anterior à mudança.

(iv) *Compensação*

Os ativos ou passivos financeiros são compensados e o valor líquido apresentado no balanço patrimonial quando, e somente quando, a Empresa tenha atualmente um direito legalmente executável de compensar os valores e tenha a intenção de liquidá-los em uma base líquida ou de realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente.

g. *Capital social*

Quotas

As quotas do capital social são classificadas como patrimônio líquido.

h. *Redução ao valor recuperável (Impairment)*

(i) *Ativos financeiros não-derivativos*

Instrumentos financeiros e ativos contratuais

A Empresa reconhece provisões para perdas esperadas de crédito sobre:

- Ativos financeiros mensurados ao custo amortizado; e
- Investimentos de dívida mensurados ao VJORA.

A Empresa mensura a provisão para perda em um montante igual à perda de crédito esperada para a vida inteira, exceto para os itens descritos abaixo, que são mensurados como perda de crédito esperada para 12 meses:

- Títulos de dívida com baixo risco de crédito na data do balanço; e
- Outros títulos de dívida e saldos bancários para os quais o risco de crédito (ou seja, o risco de inadimplência ao longo da vida esperada do instrumento financeiro) não tenha aumentado significativamente desde o reconhecimento inicial.

As provisões para perdas com contas a receber de clientes (incluindo recebíveis de arrendamentos) e ativos de contrato são mensuradas a um valor igual à perda de crédito esperada para a vida inteira do instrumento.

Ao determinar se o risco de crédito de um ativo financeiro aumentou significativamente desde o reconhecimento inicial e ao estimar as perdas de crédito esperadas, a Empresa considera informações razoáveis e passíveis de suporte que são relevantes e disponíveis sem custo ou esforço excessivo. Isso inclui informações e análises quantitativas e qualitativas, com base na experiência histórica da Empresa, na avaliação de crédito e considera informações prospectivas

(forward-looking).

A Empresa considera um ativo financeiro como inadimplente quando:

- É pouco provável que o devedor pague integralmente suas obrigações de crédito a Empresa, sem recorrer a ações como a realização da garantia (se houver alguma); ou
- O ativo financeiro estiver vencido há mais de 90 dias.
- As perdas de crédito esperadas para a vida inteira são as perdas esperadas com crédito que resultam de todos os possíveis eventos de inadimplimento ao longo da vida esperada do instrumento financeiro.
- As perdas de crédito esperadas para 12 meses são perdas de crédito que resultam de possíveis eventos de inadimplência dentro de 12 meses após a data do balanço (ou em um período mais curto, caso a vida esperada do instrumento seja menor do que 12 meses).

O período máximo considerado na estimativa de perda de crédito esperada é o período contratual máximo durante o qual a Empresa está exposto ao risco de crédito.

Mensuração das perdas de crédito esperadas

As perdas de crédito esperadas são estimativas ponderadas pela probabilidade de perdas de crédito. As perdas de crédito são mensuradas a valor presente com base em todas as insuficiências de caixa (ou seja, a diferença entre os fluxos de caixa devidos à Empresa de acordo com o contrato e os fluxos de caixa que a Empresa espera receber).

As perdas de crédito esperadas são descontadas pela taxa de juros efetiva do ativo financeiro.

Ativos financeiros com problemas de recuperação

Em cada data de balanço, a Empresa avalia se os ativos financeiros contabilizados pelo custo amortizado e os títulos de dívida mensurados ao VJORA estão com problemas de recuperação. Um ativo financeiro possui problemas de “recuperação” quando ocorrem um ou mais eventos com impacto prejudicial nos fluxos de caixa futuros estimados do ativo financeiro.

Evidência objetiva de que ativos financeiros tiveram problemas de recuperação inclui os seguintes dados observáveis:

- Dificuldades financeiras significativas do devedor;
- Quebra de cláusulas contratuais, tais como inadimplência ou atraso de mais de 90 dias;
- Reestruturação de um valor devido a Empresa em condições que não seriam aceitas em condições normais;
- A probabilidade que o devedor entrará em falência ou passará por outro tipo de reorganização financeira; ou
- O desaparecimento de mercado ativo para o título por causa de dificuldades financeiras

Apresentação da provisão para perdas de crédito esperadas no balanço patrimonial

A provisão para perdas para ativos financeiros mensurados pelo custo amortizado é deduzida do

valor contábil bruto dos ativos.

Para títulos de dívida mensurados ao VJORA, a provisão para perdas é debitada no resultado e reconhecida em ORA.

Baixa

O valor contábil bruto de um ativo financeiro é baixado quando a Empresa não tem expectativa razoável de recuperar o ativo financeiro em sua totalidade ou em parte. Com relação a clientes individuais, a Empresa adota a política de baixar o valor contábil bruto quando o ativo financeiro está vencido há 180 dias com base na experiência histórica de recuperação de ativos similares. Com relação a clientes corporativos, a Empresa faz uma avaliação individual sobre a época e o valor da baixa com base na existência ou não de expectativa razoável de recuperação. A Empresa não espera nenhuma recuperação significativa do valor baixado. No entanto, os ativos financeiros baixados podem ainda estar sujeitos à execução de crédito para o cumprimento dos procedimentos da Empresa para a recuperação dos valores devidos.

(ii) *Ativos não financeiros*

Em cada data de reporte, a Empresa revisa os valores contábeis de seus ativos não financeiros para apurar se há indicação de perda ao valor recuperável. Caso ocorra alguma indicação, o valor recuperável do ativo é estimado.

Para testes de redução ao valor recuperável, os ativos são agrupados em Unidades Geradoras de Caixa (UGC), ou seja, no menor grupo possível de ativos que gera entradas de caixa pelo seu uso contínuo, entradas essas que são em grande parte independentes das entradas de caixa de outros ativos ou UGCs.

O valor recuperável de um ativo ou UGC é o maior entre o seu valor em uso e o seu valor justo menos custos para alienação. O valor em uso é baseado em fluxos de caixa futuros estimados, descontados a valor presente usando uma taxa de desconto antes dos impostos que reflita as avaliações atuais de mercado do valor do dinheiro no tempo e os riscos específicos do ativo ou da UGC.

Uma perda por redução ao valor recuperável é reconhecida se o valor contábil do ativo ou UGC exceder o seu valor recuperável.

Perdas por redução ao valor recuperável são reconhecidas no resultado. Perdas reconhecidas referentes às UGCs são inicialmente alocadas para redução de qualquer ágio alocado a esta UGC (ou grupo de UGCs), e então para redução do valor contábil dos outros ativos da UGC (ou grupo de UGCs) de forma pro rata.

Uma perda por redução ao valor recuperável relacionada ao ágio não é revertida. Quanto aos demais ativos, as perdas por redução ao valor recuperável são revertidas somente na extensão em que o novo valor contábil do ativo não exceda o valor contábil que teria sido apurado, líquido de depreciação ou amortização, caso a perda de valor não tivesse sido reconhecida.

i. Provisões

Uma provisão é reconhecida se, em função de um evento passado, a Empresa tem uma obrigação legal ou construtiva que possa ser estimada de maneira confiável, e é provável que um recurso econômico seja exigido para liquidar a obrigação.

A Empresa reconhece provisão para demandas judiciais trabalhistas, ambientais, cíveis e tributárias. A avaliação da probabilidade de perda inclui a avaliação das evidências disponíveis, a hierarquia das leis, as jurisprudências disponíveis, as decisões mais recentes dos tribunais e sua relevância no ordenamento jurídico, bem como a avaliação de advogados internos e externos. As referidas provisões são revisadas e ajustadas para levar em conta alterações nas circunstâncias, tais como prazo de prescrição aplicável, conclusões de inspeções fiscais ou exposições adicionais identificadas com base em novos assuntos ou decisões de tribunais. Para mais detalhes, vide nota 15.

j. Fornecedores

As contas a pagar aos fornecedores são obrigações a pagar por bens ou serviços que foram adquiridos de fornecedores no curso normal dos negócios, sendo classificadas como passivo circulante se o pagamento for devido no período de até 12 meses (ou no ciclo operacional normal dos negócios, ainda que mais longo). Caso contrário, são apresentadas como passivo não circulante.

Elas são, inicialmente, reconhecidas pelo valor justo e, subsequentemente, mensuradas pelo custo amortizado com o uso do método de taxa efetiva de juros. Na prática, considerando o curto prazo de vencimento, são normalmente reconhecidas ao valor da fatura correspondente.

k. Mensuração do valor justo

Valor justo é o preço que seria recebido na venda de um ativo ou pago pela transferência de um passivo em uma transação ordenada entre participantes do mercado na data de mensuração, no mercado principal ou, na sua ausência, no mercado mais vantajoso ao qual a Empresa tem acesso nessa data. O valor justo de um passivo reflete o seu risco de descumprimento (*non-performance*). O risco de descumprimento inclui, entre outros, o próprio risco de crédito da Empresa.

Uma série de políticas contábeis e divulgações da Empresa requerem a mensuração de valores justos, tanto para ativos e passivos financeiros como não financeiros.

Quando disponível, a Empresa mensura o valor justo de um instrumento utilizando o preço cotado num mercado ativo para esse instrumento. Um mercado é considerado como “ativo” se as transações para o ativo ou passivo ocorrem com frequência e volume suficientes para fornecer informações de precificação de forma contínua.

Se não houver um preço cotado em um mercado ativo, a Empresa utiliza técnicas de avaliação que maximizam o uso de dados observáveis relevantes e minimizam o uso de dados não observáveis. A técnica de avaliação escolhida incorpora todos os fatores que os participantes do mercado levariam em conta na precificação de uma transação.

Se um ativo ou um passivo mensurado ao valor justo tiver um preço de compra e um preço de venda, a Empresa mensura ativos com base em preços de compra e passivos com base em preços de venda.

A melhor evidência do valor justo de um instrumento financeiro no reconhecimento inicial é normalmente o preço da transação – ou seja, o valor justo da contrapartida dada ou recebida. Se a Empresa determinar que o valor justo no reconhecimento inicial difere do preço da transação e o valor justo não é evidenciado nem por um preço cotado num mercado ativo para um ativo ou passivo idêntico nem baseado numa técnica de avaliação para a qual quaisquer dados não observáveis são julgados como insignificantes em relação à mensuração, então o instrumento financeiro é mensurado inicialmente pelo valor justo ajustado para diferir a diferença entre o valor justo no reconhecimento inicial e o preço da transação.

Posteriormente, essa diferença é reconhecida no resultado numa base adequada ao longo da vida do instrumento, ou até o momento em que a avaliação é totalmente suportada por dados de mercado observáveis ou a transação é encerrada, o que ocorrer primeiro.

l. Avaliação do contrato de parceria agrícola firmado entre a Empresa e as empresas Agroterenas Citrus Ltda. e a Agroterenas S.A. Cana.

Em 31 de março de 2024 a Empresa mantém contrato com a Agroterenas S.A. Cana e Agroterenas Citrus Ltda. para a produção agrícola de cana, laranja e grãos, em caráter de parceria sobre a qual detinha a propriedade de parcela da produção bruta, de cana de açúcar e laranja apurado com base nos frutos colhidos em cada safra, sem qualquer remuneração fixa ou variável atrelada exclusivamente a índices ou taxas. Nessa operação de parceria agrícola, a Empresa contribui com terras nuas para ter direito as referidas cotas partes da produção agrícola.

m. Parceria Agrícola e Arrendamento

Quando a Empresa atua como parceiro outorgante, determina, no início da parceria agrícola, se cada contrato é classificado como propriedade para investimento. Para realizar essa classificação, a Empresa faz uma avaliação geral se o contrato transfere substancialmente todos os riscos e benefícios inerentes à propriedade do ativo subjacente.

De forma geral, as políticas contábeis aplicáveis a Empresa como parceiro outorgante no período comparativo não foram diferentes do CPC 06(R2).

A Empresa realiza contrato de parceria agrícola, como sendo propriedades para investimento, utilizando suas propriedades próprias.

À Empresa não é requerida fazer ajustes na transição para o CPC 06(R2) para arrendamentos nos quais atua como parceiro outorgante.

8 Novas normas e interpretações ainda não efetivas

Uma série de novas normas serão efetivas para exercícios iniciados após 1º de janeiro de 2024 (1º de abril de 2024 para a Empresa). A Empresa não adotou essas alterações na preparação destas demonstrações financeiras.

As seguintes normas alteradas e interpretações não deverão ter um impacto significativo nas demonstrações financeiras da Empresa.

Classificação dos passivos como circulantes ou não circulantes (alterações ao CPC 26)

As alterações de 2020 visam esclarecer os requisitos para se determinar se um passivo é circulante ou não circulante e se aplicam aos exercícios anuais iniciados em ou após 1º de abril de 2023.

Porém, posteriormente, o IASB propôs novas alterações e o adiamento da vigência para exercícios que se iniciam em ou após 1º de abril de 2024.

Desta forma, a Empresa não pode determinar o impacto destas alterações nas demonstrações financeiras combinadas no exercício de aplicação inicial. A Empresa está monitorando de perto os desenvolvimentos futuros.

Acordos de financiamento de fornecedores ("Risco Sacado") (alterações ao CPC 26 e CPC 40)

As alterações introduzem novas divulgações relacionadas a acordos de financiamento com fornecedores ("Risco Sacado") que ajudam os usuários das demonstrações financeiras a avaliar os efeitos desses acordos sobre os passivos e fluxos de caixa de uma entidade e sobre a exposição da entidade ao risco de liquidez. As alterações se aplicam a exercícios anuais com início em ou após 1º de janeiro de 2024 (1º de abril de 2024 para a Empresa).

Outras Normas

Não se espera que as seguintes normas novas e alteradas tenham um impacto significativo nas demonstrações financeiras:

- Passivo de arrendamento em uma venda e *leaseback* (alterações ao CPC 06).
- Ausência de conversibilidade (alterações ao CPC 02).

9 Caixa e equivalentes de caixa

<u>Modalidade</u>	<u>2024</u>	<u>2023</u>
Caixa e bancos	5	16
CDB - Certificados de depósitos bancários (i)	<u>20.306</u>	<u>42.940</u>
	<u>20.311</u>	<u>42.956</u>

- (i) Aplicações financeiras remuneradas por Certificado de Depósito Interbancário - CDI, com liquidez abaixo de 90 dias e sem risco de alteração significativa de valor. A Empresa pode resgatar imediatamente essas aplicações sem ônus ou restrição. CDB – Certificados de Depósitos Bancários estão sujeitos a taxas média de juros correspondente a 102,12% do CDI (102,91% CDI em 31 de março de 2023).

As informações sobre a exposição da Empresa a riscos de crédito e de mercado e sobre a mensuração ao valor justo estão incluídas na nota explicativa 17.

10 Contas a receber de clientes

A Empresa possui contas a receber com a parte relacionada Agroterenas S/A Cana (Agroterenas Industrial Citrus Ltda. em 31 de março de 2023), no longo prazo que é referente a gastos de serviços compartilhados entre as empresas do Grupo. Os saldos com partes relacionadas não têm prazo de vencimento definido, as quais são realizadas conforme condições negociadas entre as partes.

A exposição máxima ao risco de crédito na data de apresentação das demonstrações financeiras é o valor contábil do contas a receber.

	<u>2024</u>	<u>2023</u>
Contas a receber - partes relacionadas – Nota 24	404	4.323
	<u>404</u>	<u>4.323</u>
Circulante	-	3.979
Não circulante	<u>404</u>	<u>344</u>
	<u>404</u>	<u>4.323</u>

O saldo do contas a receber é composto por valores a receber com as partes relacionadas.

A administração da Empresa avaliou e não identificou a necessidade de registro de provisão para perda de crédito esperada em 31 de março de 2024 e 2023.

11 Propriedades para investimentos

	<u>2024</u>
Em 31 de março de 2022	<u>86.343</u>
Aquisições	6.437
Em 31 de março de 2023	<u>92.780</u>
Aquisições (i)	205.834
Em 31 de março de 2024	<u>298.614</u>

- (i) Refere-se a terras localizadas no Estado de São Paulo e Mato do Grosso, cedidas em parceria agrícola com a Agroterenas S/A Cana, Agroterenas Citrus Ltda. e com a pessoa física produtor rural dos sócios para o cultivo de cana-de-açúcar, laranja, grãos e pecuária respectivamente.

Em 31 de março de 2023 a empresa concretizou a negociação adquirindo duas propriedades rurais, sendo 27.000 hectares no município de Água Boa, Estado do Mato Grosso e 470 hectares no município de Maracá, Estado de São Paulo.

As propriedades para investimento estão avaliadas ao custo histórico. Para fins de divulgação destas demonstrações financeiras, a Empresa contratou avaliação a fim de obter valor de mercado das propriedades rurais, por meio de método comparativo direto de dados de mercado por inferência de estatística, baseado em normas do IBAPE (Instituto Brasileiro de Avaliações e Perícias) e ABNT (Associação Brasileira de Normas Técnicas) com Grau de Fundamentação II e Grau de Precisão III, avaliou essas propriedades ao seu valor justo, no montante de R\$ 2.358.125 em 31 de março de 2024 (R\$ 1.462.522 em 31 de março de 2023).

12 Imobilizado

	<u>Edificações</u>	<u>Total</u>
Saldo em 31 de março de 2022	90	95
Depreciação	<u>(6)</u>	<u>(6)</u>
Saldo em 31 de março de 2023	<u>83</u>	<u>83</u>
Depreciação	<u>(5)</u>	<u>(5)</u>
Saldo em 31 de março de 2024	<u>78</u>	<u>78</u>
Custo corrigido	139	139
Depreciação acumulada	<u>(61)</u>	<u>(61)</u>
Saldo em 31 de março de 2023	83	83
Saldo em 31 de março de 2024	78	78

Análise do valor recuperável dos ativos

Durante exercício encerrado em 31 de março de 2024, a Empresa não identificou indicadores de que seus ativos possam estar registrados por um valor maior que o seu valor recuperável.

Bens dados em garantia

A Empresa não possui bens do ativo imobilizado em garantia de operações de financiamentos.

13 Fornecedores

	<u>2024</u>	<u>2023</u>
Contas a pagar	55	-
Contas a pagar – aquisição propriedades para investimentos	28.500	-
Contas a pagar - partes relacionadas – Nota 24	<u>52</u>	<u>67</u>
	<u>28.607</u>	<u>67</u>
Circulante	14.357	67
Não circulante	14.250	-

A Empresa possui o compromisso de que o valor não será exigido nos próximos 12 meses.

A exposição da Empresa para os riscos de moeda e de crédito relacionados a fornecedores está divulgada na nota explicativa nº 17.

14 Empréstimos e financiamentos

a) Composição dos empréstimos e financiamentos

A composição dos empréstimos e financiamentos, todos em moeda nacional, é a seguinte:

<u>Modalidade</u>	<u>Indexador</u>	<u>Taxa de juros ao ano</u>	<u>Vencimento final</u>	<u>2024</u>	<u>2023</u>
Mútuo	TR	6%	jun/28	106.540	-
		Circulante		11.853	-
		Não circulante		94.687	-

b) Termos e cronograma de amortização da dívida

Os montantes registrados no passivo não circulante têm a seguinte composição por vencimentos:

	<u>2024</u>	<u>2023</u>
2024/25	-	-
2025/26	10.000	-
2026/27	10.000	-
2027/28	10.000	-
2028/29	64.687	-
	<u>94.687</u>	<u>-</u>

c) Movimentação dos empréstimos e financiamentos

	<u>Empréstimos bancários</u>
Dívida líquida em 31 de março 2023	-
Obtenção de empréstimos e financiamentos	104.616
Juros sobre empréstimos e financiamentos	1.924
Dívida líquida em 31 de março 2024	<u>106.540</u>

d) “Covenants” financeiros contratuais e não financeiros

Em 31 de março de 2024, a Empresa não possuía contratos de empréstimos ou financiamentos sujeitos a vencimentos antecipados em decorrência de cláusulas de “covenants” financeiro, ou *covenants* não financeiros.

15 Provisão para contingências

A Empresa é parte em processos administrativos e judiciais, oriundos do curso normal de suas operações. Esses processos envolvem assuntos de natureza tributária, ambiental e cível. Com base nas informações e avaliações de seus assessores jurídicos, internos e externos, a Administração mensurou e reconheceu provisões para as contingências em montante estimado do valor da obrigação e que refletem a saída de recursos esperada.

Em 31 de março de 2024, as provisões para contingências prováveis estavam reconhecidas no montante de R\$ 822 (R\$ 0 em 31 de março de 2023). A composição da provisão para contingências encontra-se detalhada abaixo:

	2023	Baixas	Adição	2024
Contingências				
Cíveis (a)	-	-	822	822
	-	-	822	822

- (a) Cíveis
Referem-se a ações e procedimentos cíveis, referentes a pedido de indenização.

Perdas possíveis

Em 31 de março de 2024 existem processos judiciais tributários e cíveis, contra a Empresa cuja probabilidade de perda é considerada possível. As ações avaliadas pelos assessores jurídicos como de risco possível totalizaram R\$ 541 em 31 de março de 2024 (R\$ - em 31 de março de 2023), sendo R\$ 470 de reclamações tributárias (R\$ - em 31 de março de 2023) e R\$ 71 relativos a reclamações cíveis (R\$ - em 31 de março de 2023).

Podem existir obrigações eventuais gerais, relativas às questões tributárias do exercício, ou exercícios anteriores (últimos cinco anos), uma vez que não é possível conseguir aceitação final e definitiva desses itens no Brasil.

Adicionalmente, as leis fiscais em geral são, sob certos aspectos, vagas e suscetíveis de sofrerem modificações imprevistas em sua interpretação. Também podem existir obrigações de naturezas trabalhista ou cível que, no presente momento, não são conhecidas pela administração da Empresa. Entretanto, com base na opinião de seus consultores legais, a administração da Empresa é de opinião que todos os tributos e demais obrigações assumidas têm sido pagas ou provisionadas adequadamente e, em 31 de março de 2024, não eram conhecidas ações formalizadas contra a Empresa que implicassem a constituição de provisão para cobrir eventuais perdas.

16 Patrimônio líquido

a. Capital

O capital social totalmente integralizado é representado por 64.117.348 quotas, sem valor nominal.

A composição de sócios da Empresa em 31 de março de 2024 e 2023, está apresentada a seguir:

Sócios	Nº de Quotas	Valor (R\$)	
Agroterenas S/A Administração e Participações	64.117.338	R\$	64.117.338
José Eugênio de Rezende Barbosa Sobrinho	6	R\$	6
André Rezende Barbosa	2	R\$	2
Pedro Rezende Barbosa	2	R\$	2
	64.117.348	R\$	64.117.348

b. Reserva de lucros

Retenção de lucros: a destinação do saldo da reserva de lucros a serem destinados é definida em Reunião de quotistas.

17 Instrumentos financeiros

a. Classificação contábil e valores justos

A tabela a seguir apresenta os valores contábeis e os valores justos dos ativos e passivos financeiros, incluindo os seus níveis na hierarquia do valor justo. Não inclui informações sobre o valor justo dos ativos e passivos financeiros não mensurados ao valor justo, se o valor contábil é uma aproximação razoável do valor justo.

	<u>Nota</u>	<u>2024</u>	<u>2023</u>
Ativo			
Custo amortizado			
Caixa e equivalentes de caixa	9	20.311	42.956
Contas a receber	10	404	4.323
		<u>20.715</u>	<u>47.279</u>
	<u>Nota</u>	<u>2024</u>	<u>2023</u>
Passivo			
Outros passivos			
Fornecedores	13	28.607	67
Empréstimos e financiamentos	14	94.687	-
		<u>123.294</u>	<u>67</u>

b. Mensuração do valor justo

Os seguintes métodos e premissas foram adotados na determinação do valor de justo:

Os valores contábeis do caixa e equivalentes de caixa, contas a receber e contas a pagar possuem o valor contábil que se aproximam do valor justo.

Em nenhum ano a Empresa efetuou transferências entre níveis de classificação dos instrumentos financeiros.

c. Gerenciamento de risco financeiro

A Empresa possui exposição para os seguintes riscos resultantes de instrumentos financeiros:

- Risco de crédito;
- Risco de liquidez; e
- Risco de mercado.

Esta nota apresenta informações sobre a exposição da Empresa para cada um dos riscos acima, os objetivos, as políticas e os processos de mensuração e gerenciamento de riscos e gerenciamento de capital da Empresa.

d. Estrutura do gerenciamento de risco

O Conselho Consultivo é responsável pelo acompanhamento das políticas de gerenciamento de risco da Empresa e os gestores de cada área se reportam regularmente ao Conselho sobre as suas atividades.

As políticas de gerenciamento de risco da Empresa são estabelecidas para identificar e analisar os riscos enfrentados, para definir limites e controles de riscos apropriados e para monitorar riscos e aderência aos limites.

As políticas e os sistemas de gerenciamento de riscos são revisados frequentemente para refletir mudanças nas condições de mercado e nas atividades da Empresa. A Empresa, através de suas normas e procedimentos de treinamento e gerenciamento, objetivam desenvolver um ambiente de controle disciplinado e construtivo, no qual todos os empregados entendem os seus papéis e suas obrigações.

Risco de crédito

O risco de crédito da Empresa é de incorrer em perdas decorrentes de um cliente ou de uma contraparte em um instrumento financeiro, caso ocorra falha destes em cumprir com suas obrigações contratuais. O risco é basicamente proveniente das contas a receber de clientes e de instrumentos financeiros conforme apresentados abaixo.

Exposição ao risco de crédito

O valor contábil dos ativos financeiros representa a exposição máxima do crédito. A exposição máxima do risco do crédito na data das demonstrações financeiras foi:

		2024	2023
Caixa e equivalentes de caixa, nota n.9	Bancos diversos	5	16
Aplicações financeiras, nota n. 9	Bancos diversos	20.306	42.940
Contas a receber, nota n. 10	Diversos	404	4.323
		<hr/>	<hr/>
		20.715	47.279
Circulante		20.311	46.935
Não circulante		404	344

Risco de liquidez

Risco de liquidez é o risco em que a Empresa poderá encontrar dificuldades em cumprir com as obrigações associadas com seus passivos financeiros que são liquidados com pagamentos ou com outro ativo financeiro. Este risco está 100% gerenciado pela Empresa, que assume uma abordagem na administração de liquidez, garantindo que sempre tenha liquidez suficiente para cumprir com suas obrigações ao vencerem, sob condições normais e de estresse, sem causar perdas ou risco de prejudicar a reputação da Empresa.

A previsão do fluxo de caixa da Empresa monitora continuamente a liquidez. Essa previsão considera os planos de financiamento de dívida da Empresa e o cumprimento de suas metas.

	2024	2023
Fornecedores, nota n. 13 (i)	28.607	67
Empréstimos e financiamentos, nota n. 14 (ii)	106.540	-
Dividendos	12.410	13.147
	147.557	13.214
Circulante	38.620	13.214
Não circulante	108.937	-

A seguir, estão os vencimentos contratuais de passivos financeiros, incluindo pagamentos de juros estimados e excluindo o impacto dos acordos de compensação.

	Valor contábil	Valor contratual	Menos de um ano	Entre um e dois anos	Entre dois e cinco anos
Em 31 de março de 2024					
Empréstimos e financiamentos	106.540	106.540	11.853	20.000	74.687
Fornecedores	28.607	28.607	14.357	14.250	-
Dividendos	12.410	12.410	12.410		
Em 31 de março de 2023					
Fornecedores	67	67	67	-	-
Dividendos	13.147	13.147	13.147		

Risco de Mercado

Risco de mercado é o risco proveniente de alterações nos preços de mercado, tais como as taxas de juros, tem no resultado da Empresa ou no valor de suas participações em instrumentos financeiros. O objetivo do gerenciamento de risco de mercado é gerenciar e controlar as exposições aos riscos de mercados, dentro de parâmetros aceitáveis, e ao mesmo tempo otimizar o retorno.

Perfil

Na data das demonstrações financeiras, o perfil dos instrumentos financeiros remunerados por juros da Empresa era:

	2024	2023
Ativos financeiros		
Bancos conta movimento, nota n. 9	5	16
Aplicações financeiras, nota n. 9	20.306	42.940
	20.311	42.956
Passivos financeiros		
Fornecedores, nota 13	28.607	67
Empréstimos e financiamentos, nota 14	106.540	-
	135.147	-
Circulante	26.210	-
Não Circulante	108.938	-

A taxa esperada para o CDI é de 10,65% a.a. e TR é de 1,35% a.a. (Fontes: Banco Central, CETIP, BNDES).

Risco de taxa de juros

O risco de taxa de juros consiste na possibilidade de a Empresa incorrer em perdas devido às flutuações nas taxas de juros. Visando a mitigação deste tipo de risco, a Empresa busca diversificar a captação de recursos em termos de taxas pré-fixadas, pós fixadas e contratação de instrumentos financeiros que mitiguem o impacto de juros.

Na data das demonstrações financeiras o perfil dos instrumentos financeiros remunerados por juros da Empresa era:

Análise de sensibilidade de fluxo de caixa para instrumentos de taxa variável

As operações estão atreladas a variação da taxa de juros pós-fixada CDI - Certificado de Depósito Interbancário. Para efeito de análise de sensibilidade, A Empresa adotou a taxa vigente no último dia da apuração das demonstrações financeiras para o Cenário I. Para o Cenário II aplicou-se o incremento e a deterioração em 25% e para o Cenário III em 50%, somente na parcela variável (CDI) das taxas contratadas. Os efeitos em apreciação e depreciação nas taxas são apresentados conforme as tabelas a seguir:

Indicadores	Cenário I (provável)	Cenário II (+ 25%)	Cenário III (+ 50%)
CDI	10,65%	13,31%	15,98%
Receita de aplicações financeiras	2.130	2.663	3.195
Juros a incorrer CDI líquido	2.130	2.663	3.195
Indicadores	Cenário I (provável)	Cenário II (- 25%)	Cenário III (- 50%)
TR	1,35%	1,69%	2,03%
Juros a incorrer – Empréstimos	(1.924)	(2.405)	(2.886)
Juros a incorrer TR líquido	(1.924)	(2.405)	(2.886)
Juros a incorrer líquido	206	258	309

18 Gestão de capital

O objetivo da Empresa ao administrar seu capital é garantir o crescimento contínuo do negócio balizado em uma estrutura adequada de capital, tendo como política o acompanhamento dos índices de alavancagem financeira, do Grupo Agroterenas em nível consolidado.

Estes índices correspondem à Dívida líquida pelo EBITDA, a dívida líquida, por sua vez, corresponde ao total de empréstimos e financiamentos (circulante e não circulante), subtraído do montante de caixa e equivalentes de caixa. Também avaliamos o índice da Dívida Bruta pelo Patrimônio Líquido e pelo Ativo Total. Todas essas informações estão demonstradas no balanço patrimonial.

19 Imposto de renda e contribuição social

A conciliação da despesa calculada pela aplicação das alíquotas fiscais combinadas e da despesa de imposto de renda e contribuição social debitada em resultado é demonstrada como segue:

	2024	2023
Receita de venda	48.101	46.568
Demais receitas	5.964	4.946
Base de cálculo do imposto de renda (8%)	9.812	8.671
Base de cálculo do adicional imposto de renda (10%)	9.572	8.431
Base de cálculo da contribuição social sobre o lucro líquido (12%)	11.736	10.534
Imposto de renda (15%)	1.470	1.301
Adicional imposto de renda (10%)	958	843
Contribuição social sobre o lucro líquido (9%)	1.057	948
Despesas de imposto de renda e contribuição social	3.485	3.092

20 Receita líquida

Veja a políticas contábeis nas notas 7 (a).

a. Fluxos da receita

A Empresa gera receita principalmente pela venda de cana-de-açúcar laranja e semoventes, no formato de parceria.

A conciliação entre a receita bruta e a receita líquida para fins fiscais apresentadas na demonstração do resultado é conforme segue:

	2024	2023
Receita de vendas		
Cana-de-açúcar	37.349	37.632
Laranja	8.262	7.488
Gado	2.490	-
(-) Impostos incidentes	-	(905)
Receita líquida	48.101	44.215

A Empresa é fornecedora de cana-de-açúcar para a Raízen Ltda. e laranja para a Agroterenas Industrial Citrus Ltda, nas proporções de 78% e 16% da receita bruta, respectivamente, mantendo elevado grau de dependência destas partes.

21 Custos e despesas por natureza

	2024	2023
Despesas e custos com serviços e manutenções	(442)	(516)
Despesas com impostos e taxas	(2.773)	(2.527)
Provisão para contingências	(822)	-
Total	(4.037)	(3.042)
	2024	2023
Classificados como:		
Despesas administrativas	(4.037)	(3.042)
Total	(4.037)	(3.042)

22 Resultado financeiro líquido

	2024	2023
Receitas financeiras:		
Juros sobre aplicações financeiras	5.952	4.938
Juros diversos	7	-
	5.959	4.938
Despesas financeiras:		
Juros diversos	-	(12)
Juros sobre financiamento	(1.924)	-
Outros	(1)	(1)
	(1.925)	(13)
Resultado financeiro, líquido	4.034	4.925

23 Compromissos firmes

Contratos de parcerias agrícolas

A Empresa atua em regime de parceria agrícola junto às demais empresas do Grupo Agroterenas, especificamente no segmento canavieiro, cítrico e pecuária (Nota 7. (I)).

24 Partes relacionadas

a. Transações com partes relacionadas

	Agroterenas Industrial Citrus Ltda.	Agroterenas S/A Cana	Quotista (*)	Total	
				2024	2023
Ativo circulante					
Contas a receber (i)	-	-	-	-	3.979
Ativo não circulante					
Contas a receber (i)	-	404	-	404	344
Passivo circulante					
Contas a pagar (i)	-	52	-	52	67
Mútuos (iii)	-	-	11.853	11.853	-
Dividendos propostos (ii)	-	-	12.410	12.410	13.147
Passivo não circulante					
Mútuos (iii)	-	-	94.687	94.687	-
Transação					
Receita de vendas	8.262	-	-	8.262	7.488

(*) é saldo com o quotista José Eugênio de Rezende Barbosa Sobrinho.

- (i) Os saldos de contas a receber e contas a pagar entre as partes relacionadas referem-se substancialmente a gastos de serviços compartilhados entre as empresas do Grupo. Os saldos com partes relacionadas não têm prazo de vencimento definido, as quais são realizadas conforme condições negociadas entre as partes. No caso do saldo de fornecedores, a Companhia possui o compromisso de que o valor não será exigido nos próximos 12 meses.
- (ii) O saldo de dividendos propostos com quotistas referem-se ao saldo a pagar ao acionista José Eugênio de Rezende Barbosa Sobrinho que ficou a ser distribuído ao mesmo, após aquisição da Empresa pela Agroterenas Administração e Participações.
- (iii) O mútuo existente corresponde a parcela destinada para aquisição de propriedade para investimento, viabilizada pelo sócio José Eugênio de Rezende Barbosa Sobrinho, saldo será atualizado pela taxa referencial (TR) adicionado a um percentual de 6% ao ano, com amortizações parciais a cada semestre e liquidação no mês de junho de 2028.

25 Demonstração dos fluxos de caixa

As demonstrações dos fluxos de caixa foram elaboradas de acordo com o CPC 03 R2.

a. Caixa e equivalentes de caixa

Caixa e equivalentes de caixa consistem em numerário disponível na Companhia, saldos em poder de banco e aplicações financeiras de curto prazo.

b. Propriedades para investimento

		<u>2024</u>	<u>2023</u>
Aquisição de propriedades para investimentos – Fornecedores	13	28.500	-
Captação de mútuo	15.c	104.616	-
Efeito caixa		<u>72.718</u>	<u>-</u>
Total	11	<u>205.834</u>	<u>-</u>

* * *

Composição da Administração

Claudio Massayuki Takao
Diretor Administrativo Financeiro e Recursos Humanos

Nivaldo Faria de Souza
Gerente controladoria

Eduardo Henrique Rodrigues
Contador CRC 270473/O-3